



7 • Correio Braziliense — Brasília, sexta-feira, 24 de novembro de 2023

Bolsas		Pontuação B3				Dólar		Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na quinta-feira		Ibovespa nos últimos dias				Na quinta-feira		Últimos	Comercial, venda na quinta-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
0,43%	0,53%	125.957	126.576			R\$ 4,907	4,906	R\$ 1.320	R\$ 5,351	12,15%	11,95%	-0,8
São Paulo	Nova York	20/11	21/11	22/11	23/11	(+ 0,11%)	4,851					0,12
							4,898					0,23
							4,902					0,26
												0,24

TRABALHO / Parlamentares avaliam reverter a medida. Entidades empresariais afirmam que a decisão do presidente aumenta o custo da folha de salários e coloca em risco a manutenção de 6 milhões de empregos em todo o país

Lula veta desoneração e contraria Congresso

» RAFAELA GONÇALVES

Washington Costa/MF



Veto foi uma vitória do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para quem o benefício prejudica a estratégia de aumentar a arrecadação

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva vetou integralmente a prorrogação da desoneração da folha de pagamentos de 17 setores da economia até 2027. Com a decisão, o mecanismo criado em 2011, que permite às empresas dos setores beneficiados reduzir o custo da folha de salários, terminará em 31 de dezembro, caso o veto não seja derrubado no Congresso.

O veto representa uma vitória do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que argumenta que a desoneração seria prejudicial para as contas públicas, num momento em que a equipe econômica vem somando esforços para aprovar medidas que aumentem a arrecadação. De acordo com a pasta, o impacto da renúncia fiscal seria de R\$ 18 bilhões por ano.

A decisão cria para Lula um impasse com o Legislativo, pois o veto pode ser derrubado pelo Congresso, onde a renovação do benefício teve apoio quase unânime dos parlamentares. O senador Efraim Filho (União Brasil-PB), autor da proposta, já declarou que vai trabalhar contra o veto e disse que o governo estaria cometendo um "erro político". "Vamos, a partir de amanhã (hoje), começar a trabalhar a derrubada do veto para não deixar o Natal com muita preocupação para quem trabalha e empreende no Brasil", disse.

A desoneração substitui a alíquota previdenciária dos setores contemplados, que, em vez de recolher 20% sobre a folha salarial para a Previdência, pagam de 1% a 4,5% sobre a receita bruta. Na renovação aprovada neste ano, os congressistas acrescentaram ao texto dispositivo que reduz de 20% para 8% a alíquota previdenciária sobre a folha de pagamento de todos os municípios com até 142 mil habitantes, o que abrange 5.377 cidades. O governo poderia vetar somente essa parte, mas optou pelo veto integral, o que aumentará o desgaste político.



A questão da desoneração é tão essencial para o país que uniu entidades patronais e centrais sindicais. Infelizmente, isso não foi levado em consideração pelo governo"

Vivien Mello Suruagy,
presidente da Feninfra

O valor estimado para a desoneração do setor privado é de R\$ 9,2 bilhões, somada a uma renúncia fiscal de R\$ 9 bilhões para os municípios. A equipe econômica argumenta que o projeto seria inconstitucional, porque a reforma previdenciária aprovada em 2019 impede medidas de desoneração envolvendo a Previdência. A posição é contestada, pois seria permitida a prorrogação de substituições tributárias que vigoravam antes da reforma.

A desoneração da folha foi criada como um benefício temporário durante o governo da presidente Dilma Rousseff e vem sendo sucessivamente modificada pela edição de medidas provisórias. Entidades estimam que o fim da medida coloca em risco 6 milhões de trabalhadores. Os 17 setores estão entre os que mais

empregam no país e representam 9 milhões de postos de trabalho.

Para a presidente da Federação Nacional de Call Center, Instalação e Manutenção de Infraestrutura de Redes de Telecomunicações e de Informática (Feninfra), Vivien Mello Suruagy, o veto "contraria posições históricas" do governo Lula sobre a preservação e geração de postos de trabalho. "Certamente, ele (Lula) foi aconselhado por alas do governo menos sensíveis a essa questão. Mas a decisão deve ser derrubada pelos congressistas, o que certamente vai gerar desgaste para o governo, que precisa aprovar outras pautas importantes", comentou.

Suruagy ressaltou, ainda, que muitas empresas enfrentarão dificuldades financeiras sem a continuidade da desoneração e terão que rever planos de investimento

e expansão a partir de 2024. "A questão da desoneração é tão essencial para o país que uniu entidades patronais e centrais sindicais, como ficou demonstrado em inúmeras manifestações. Infelizmente, isso não foi levado em consideração pelo governo."

A Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit) lamentou o veto que, de acordo com a entidade, é contrário à agenda de industrialização do país. "Na visão da Abit, o aumento da carga tributária sobrecarregará os custos, o que, provavelmente, gerará aumento de preços, impactando a capacidade de consumo da sociedade. Menos consumo significa menor capacidade de preservação de empregos e, mais do que isso, de geração de novos postos formais de trabalho", disse, em nota.

» "Revisão da vida toda" volta ao STF

O Supremo Tribunal Federal (STF) retoma hoje o julgamento da chamada "revisão da vida toda" dos aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O caso será analisado no plenário virtual da corte e tem prazo final na próxima sexta-feira, 1º de dezembro. O julgamento foi suspenso em agosto por um pedido de vista do ministro Cristiano Zanin. A expectativa é que o voto do ministro seja apresentado hoje. A revisão permitiria o recálculo dos benefícios dos segurados que iniciaram a contribuição antes de 1994, quando o Plano Real entrou em vigor. Em maio deste ano, o INSS opôs embargos de declaração pedindo a anulação do acórdão da decisão que permite que os aposentados optem pela regra previdenciária que lhes for mais favorável.

A associação declarou ainda que trabalhará para reverter a decisão. "Enquanto não se tem uma solução mais ampla e definitiva para o custo do trabalho no Brasil, que está entre os maiores do mundo, é importante que a desoneração seja prorrogada. Então, trabalharemos junto com os congressistas para que esse veto seja revertido."

Os setores contemplados pela desoneração são: couro, calçados, call center, comunicação, têxtil, confecção e vestuário, construção civil, empresas de construção e obras de infraestrutura, fabricação de veículos e carrocerias, máquinas e equipamentos, proteína animal, tecnologia da informação e de comunicação, projeto de circuitos integrados, transporte metroferroviário de passageiros, rodoviário coletivo e de cargas.

PETROBRAS

Plano para investir US\$ 102 bilhões

O Conselho de Administração da Petrobras aprovou um novo plano de negócios para o período de 2024 a 2028, com valor de US\$ 102 bilhões (R\$ 500 bilhões). Segundo documento enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a cifra é 31% maior que a do plano em vigor atualmente, de US\$ 78 bilhões (R\$ 382,7 bilhões) para o período 2023/2027. A previsão era de que a divulgação ocorreria apenas hoje, mas foi antecipada para a noite de ontem. Esse é o primeiro Plano Estratégico sob o terceiro governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Embora tenha destacado que a produção de petróleo e gás natural continuarão sendo as principais atividades geradoras de valor da companhia, com ênfase no pré-sal, a estatal destacou que boa parte

dos investimentos terá como foco a produção de energias renováveis. Segundo a empresa, US\$ 11,5 bilhões contemplarão áreas como biorrefino, geração de energia eólica e solar, projetos de captura de carbono e produção de hidrogênio verde.

Em comunicado, a companhia afirmou que o plano visa "preparar a Petrobras para o futuro e fortalecer a companhia iniciando um processo de integração de fontes energéticas essencial para uma transição energética justa e responsável".

Do total de investimentos, US\$ 91 bilhões devem ir para projetos em implantação e outros US\$ 11 bilhões serão destinados à carteira de iniciativas em avaliação, "sujeitas a estudos adicionais de financiabilidade, antes do início da contratação e execução".

Entre os principais projetos, estão a destinação de US\$ 3,1 bilhões para exploração na Margem Equatorial, área entre o Amapá e a costa setentrional do Nordeste. Recentemente, a companhia entrou em conflito com o Ibama, que vetou a exploração de petróleo perto da foz do Rio Amazonas. Outros US\$ 3,1 bilhões vão para a exploração nas Bacias do Sudeste e US\$ 1,3 bilhão para atividades em outros países. O plano também prevê uma segunda unidade da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, e ampliações para produção de diesel em outras cinco unidades.

Na véspera da divulgação do documento, o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, havia afirmado que a empresa "está correndo atrás da transição energética", ao tentar justificar

a demora da companhia em tomar iniciativas nessa direção. Segundo ele, apesar das indicações do desenvolvimento de projetos de energia limpa, ainda vai demorar um tempo para a "metamorfose" da Petrobras. "Mesmo que a gente tivesse a lei das eólicas offshore aprovada agora, o primeiro projeto vai sair no mínimo em sete anos", disse a jornalistas, após agenda no Palácio do Planalto.

Ele confirmou ainda que a petroleira está de olho no mercado de hidrogênio verde, ainda incipiente no Brasil. "Há uma incerteza nesse mercado, e vamos trabalhar para dirimir essas incertezas e ter escala, ter preço. O poder transformador disso é enorme, porque vamos entrar mineração adentro, produzindo maximamente descarbonizada", comentou. (RG)

Petrobras/Divulgação



O pré-sal é prioridade, mas energia renovável ganhará espaço